



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

AÇÃO NACIONAL DE LUTA

Lisboa, 24 de abril de 2021

Lutar por melhores condições de exercício da profissão docente Exigir a regularização dos horários de trabalho

**Anabela Sotaia
Secretariado Nacional da FENPROF**

Caros e Caras Colegas,

Razões não nos faltam para estarmos aqui hoje, a fazer ouvir a nossa voz, o nosso protesto, as nossas reivindicações e a exigir a negociação e a resolução dos problemas que afetam a nossa profissão. E um dos problemas que nos tem atingido é a deterioração das condições de exercício da profissão, em que a crescente desregulação dos horários de trabalho tem tido um papel determinante, sendo, ainda, uma das principais causas apontadas para o desgaste e exaustão emocional dos professores, o burnout. É um problema que se arrasta há demasiado tempo e que se tem vindo a agravar com o passar dos anos porque nada tem sido feito para o resolver por falta de vontade política de sucessivos governos, particularmente do atual, demonstrando um enorme desrespeito por quem deveria merecer toda a sua consideração e atenção: os professores e educadores!

Porque têm sido os professores e educadores que, no exercício da sua profissão, com um enorme sentido de responsabilidade e reconhecido profissionalismo, sempre estiveram na linha da frente do progresso e do desenvolvimento da nossa sociedade, postura esta que se tornou, ainda, mais, evidente no quadro de pandemia em que nos encontramos. Na verdade, foram eles que, num contexto de ensino remoto, no primeiro confinamento, tiveram que se adaptar, quase da noite para o dia, a novas tecnologias, a novas metodologias de ensino, a novas burocracias, reinventando-se e inventando soluções para que o ensino pudesse funcionar, tiveram que se adaptar a novas situações que não estavam previstas e que os sobrecarregaram ainda mais. Foram, ainda, eles quem, com o seu trabalho, permitiu a abertura das escolas e que, não obstante as dificuldades, assegurou o seu funcionamento, assumindo um risco que não era só seu, mas de todos os que partilham a vida consigo. Os professores assumiram e assumem isso porque sabem que nada os substitui e que nada substitui a escola, como sabem que o seu trabalho faz falta aos alunos, à escola e ao país.

Dáí que, no passado dia 5 de outubro, no Dia Mundial dos Professores, o diretor-geral da OIT, referindo-se ao papel fundamental que os professores e educadores têm desempenhado na resposta e na recuperação da pandemia, veio reconhecer o seu papel para garantir que uma geração inteira de estudantes possa atingir o seu potencial e a importância da educação para estimular o crescimento económico e a coesão social durante e após a COVID-19. Chamou ainda a atenção para a importância do trabalho digno para este grupo profissional e para a

grande responsabilidade que os governos e os parceiros sociais, têm para com aqueles profissionais relativamente à proteção da sua saúde, segurança e bem-estar, à segurança dos seus empregos e à aposta na melhoria das suas condições de trabalho. É, pois, mais que legítimo que exijam ser respeitados e valorizados e que pugnem por melhores condições de trabalho nas escolas. No entanto, repetimos e reafirmamos, o importante papel dos professores não tem sido reconhecido pelo poder político no nosso país, antes pelo contrário! Já em 2016, num documento produzido pelo Conselho Nacional de Educação intitulado “A condição docente e as políticas educativas”, este Conselho recomendava ao governo o seguinte, e passo a citar:

1. *“Recentrar a missão e a função docente no processo de ensino/aprendizagem, o que implica definir, com clareza, as funções e as atividades que são de natureza letiva e as que são de outra natureza, substituindo os normativos vigentes sobre esta matéria por um diploma claro, conciso e completo.*

2. *Assegurar como parte integrante do trabalho do professor uma componente destinada ao uso e desenvolvimento, individual e coletivo, de processos de ensino e de aprendizagem de alta qualidade e de metodologias de investigação que proporcionem uma permanente atualização.*

3. *Diminuir as tarefas burocráticas que ocupam tempos necessários para assumir em pleno as funções docentes, exigidas pela nova realidade pedagógica criada pelos agrupamentos e escolas.*

4. *Reconsiderar as reduções de serviço por antiguidade e o modo como as horas de redução são preenchidas, para evitar atividades profissionalmente ainda mais exigentes”.*

E foi com base nestas recomendações e no conhecimento concreto do que se passa nas escolas que a FENPROF apresentou ao Ministério da Educação, já por quatro vezes, a últimas das quais no passado dia 16 de abril, uma proposta negocial fundamentada sobre horários e outras condições de trabalho com propostas que visam:

- A eliminação dos abusos e ilegalidades nos horários de trabalho dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, respeitando a sua duração de 35 horas;

- A distinção clara e objetiva entre o que é considerado atividade letiva e atividade não letiva;

- A melhoria das condições gerais de trabalho, com a inclusão, na componente não letiva individual dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, das horas de redução previstas no artigo 79.º do ECD;

- A negociação de normas de organização do ano letivo que não pervertam o disposto no Estatuto da Carreira Docente;

- A redução do número de alunos por turma e a fixação de um número máximo de turmas e níveis a atribuir a cada docente e, no caso do 1.º Ciclo, de anos de escolaridade por turma;

- A redução substancial das tarefas burocráticas que hoje ocupam parte significativa da atividade dos docentes;

- A dotação das escolas/agrupamentos de escolas de equipas multidisciplinares que integrem, para além de docentes de Educação Especial, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, assistentes operacionais, bem como outros profissionais que venham a revelar-se necessários no processo de inclusão;

- A colocação de assistentes operacionais em número suficiente para garantir o funcionamento regular de todas as estruturas dos estabelecimentos de educação e ensino e o provimento de condições materiais adequadas ao bom funcionamento destes.

Mas o Ministério da Educação tem-se recusado sistematicamente a encetar processos negociais sobre condições de trabalho ou sobre qualquer outra matéria, verdade seja dita. A indisponibilidade do ME para negociar fez crescer injustiças, abusos e ilegalidades, tais como os horários muito acima dos limites legalmente estabelecidos. E isto, colegas, reforça a necessidade de continuarmos a lutar para que no futuro estes problemas sejam resolvidos. A profissão docente é exercida por profissionais que merecem e exigem ser respeitados e valorizados! Só assim a profissão terá futuro!

E tal como no passado, hoje, amanhã e sempre, vamos continuar a lutar pelo futuro que queremos e por um futuro para a profissão docente!

Vivam os Professores e Educadores!

Viva a FENPROF!

E porque nos estamos a aproximar do *“dia inicial inteiro e limpo”*, Viva o 25 de Abril!